CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em Única Discussão
por: Unanimidade
Plenário 07 / 04 / 2021
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. Josafá Gonçalves
1º Secretário

Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária do Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, realizada no dia trinta e um de março do ano de dois mil e vinte e um, na Câmara Municipal de Santarém, via plenário virtual modo remoto. À hora regimental o vereador **RONAN LIBERAL JR. (MDB),** presidente do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou à sessão com o GRANDE EXPEDIENTE. **TEMPO DAS LIDERANÇAS:** O vereador **ENF. MURILO TOLENTINO (PSC)** relatou do momento conturbado no mundo em decorrência da pandemia que está fugindo ao controle em vários lugares, sobrecarregando o sistema de saúde. No entanto, criticou o sistema de notícias que, segundo ele, acaba divulgando quase sempre notícias ruim, que faz a população pensar que tudo estar errado. Na ocasião, fez registro que mesmo com toda a problemática entorno do Hospital Municipal de Santarém - HMS, conseguem expor dados do quanto a unidade trabalha e vem salvando vidas. Destacou que ele atende 6 mil pacientes por mês, contabilizando santarenos e pacientes de 20 municípios vizinhos, os quais são em média 25 % dos atendimentos, que, em valores chega a mais de R$ 1 milhão por mês, o que poderia estar sendo investindo em novas UBS, infraestrutura, leitos. Fez enumeração de atendimentos na unidade e concluiu enaltecendo o trabalho desempenhado pelo HMS que tem feito muito pela vida da população santarena e região. O vereador **ANGELO TAPAJÓS (REPUBLICANOS)** informou que nesta próxima quinta-feira, a Igreja Universal do Reino de Deus, sede localizada na Avenida Rui Barbosa, será um ponto de vacinação de idosos entre 64 a 69 anos. Enfatizou que, além da disposição com o auxílio emocional e de doações de alimentos, a igreja vem colaborando com o poder público, sendo aliados no combate a pandemia. Finalizou lembrando do seu projeto de lei referente a assistência das igrejas neste período de pandemia, que se encontra nas comissões, e solicitou aos pares que possam realizar a divulgação do ponto de vacinação. A vereadora **ALBA LEAL (MDB)** falou da reunião que ocorreu no plenarinho da Câmara Municipal com a presença da engenheira da Secretaria Municipal de Saúde, e do doutor Mateus Coutinho, Procurador do Município de Santarém. Disse que sentiram a ausência do responsável pela obra da obstetrícia, mas, mesmo assim, ficaram satisfeitos com as informações dada pelos representantes, que informaram que o prefeito Nélio Aguiar conversou com a secretária de Saúde e secretário de Infraestrutura sobre as obras dos setores de emergência e Obstetrícia da unidade. Em relação a obra do setor de emergência, o proprietário da empresa deu 45 dias para a conclusão da obra. Em relação a obra da obstetrícia, destacou que o prefeito Nélio Aguiar que já conversou com os responsáveis para que haja celeridade nessas obras. Finalizou informando estar feliz pela notícia da resolução publicada no Diário do Estado Pará que vem estabelecer a pactuação da CIB/PA que aprova a ampliação de leitos e serviços de referência para assistência hospitalar do paciente com covid-19 para Santarém e Baixo Amazonas. Espera que o Ministério da Saúde possa estar repassando esse recurso o mais breve possível. O vereador **ALEXANDRE MADURO (MDB)** destacou a iniciativa do Poder Executivo Municipal que, ainda em 2019, desapropriou a área onde ficam bairros das grandes áreas do Maracanã e do Santarenzinho. Segundo ele, a medida permite que os donos de imóveis possam regularizar a documentação dos terrenos e se tornarem legítimos proprietários. Enfatizou que esse tipo de iniciativa ameniza a situação do problema fundiário de Santarém, cobrando, no entanto, que o Poder Público amplie a divulgação dessa facilidade, que, embora o número de processos tenha aumentado para aproximadamente 150, ainda tem muita gente que não sabe dessa possibilidade, bastando procurar a Secretaria Municipal de Habitação e pedir a regularização do seu terreno. O vereador **ERASMO MAIA (DEM)** fez cobranças em vista do atraso da Polícia Militar em agir na desocupação de espaços reservados para a construção de obras públicas na área de ocupação do Juá. Destacou que houve um encontro entre o prefeito Nélio Aguiar, o secretário Regional do Governo do Estado

Henderson Pinto, órgãos de segurança, representação do Legislativo e moradores do Juá, onde se definiu que a Polícia Militar faria a desocupação dos espaços reservados. Porém, a corporação local depende da autorização do Comando Geral, em Belém, que ainda não foi expedida. Enfatizou existir falta de sensibilidade do comandante geral da PM para a situação em questão. Pois, segundo ele, o atraso na desocupação dessas áreas do Juá pode resultar também em consequências graves para quem mora ali, e ao Poder Público que ficará impossibilitado de dá a assistência que o bairro necessita. A vereadora **ADRIANA ALMEIDA (PV)** manifestou pauta sobre o planejamento familiar. Na oportunidade, relatou da visita à Casa da Mulher, e destacou que estará apresentando solicitação ao Poder Executivo, quanto a aquisição de kits de inserção de DIU, para atender à Casa da Mulher. Disse que existem apenas 212 unidades do dispositivo na unidade, e teriam 2.700 unidades na Secretaria de Saúde de Santarém. Destacou que, até o momento, de acordo com dados levantados na Casa da Mulher, foram realizados 41 atendimentos de implantes de DIU; um serviço que precisa ser ampliado, observando ainda a necessidade de informar que o serviço é realizado pelo SUS. Relatou também que há um projeto de lei de sua autoria que trata sobre esse tema e aguarda a votação. **TEMPO DAS BANCADAS**: o vereador **JK DO POVO (PSDB)** fez um contraponto a fala do vereador Murilo Tolentino, destacando que os números são importantes, e com certeza os profissionais de saúde do local estão de parabéns, mesmo com a estrutura precária da unidade, mas futuramente vão conseguir resolver esse problema através de emendas que poderão dar suporte para o HMS continuar a salvar vidas. Em seguida, elogiou as melhorias que começaram a ser implantadas no HMS que está com nova diretoria técnica. Relatou que novidades implantadas já começaram a fazer efeito na qualidade do atendimento, e que pacientes vítimas de traumas ortopédicos, contam agora com um especialista 24 horas na unidade. Em aparte, a vereadora Enfa. Alba Leal (MDB) disse que precisam estar juntos, lutando em favor de um único objetivo. Disse que vão continuar lutando pelo direito da população, dos profissionais de saúde e estrutura daquela unidade. Parabenizou a todos os funcionários que estão na linha de frente, e mesmo que seja a passos lentos o hospital está andando, e espera que as obras sejam logo concluídas para que o HMS possa trabalhar em sua plenitude. Em aparte, o vereador Carlos Martins (PT) falou que sempre considerou o HMS como patrimônio do município, relatando sua trajetória de instalação e municipalização em 1998. Destacou que foi muita coragem do Poder Executivo da época aceitar, mas veio as verbas da municipalização, havendo a descentralização e trazendo diversas benfeitorias para a unidade. Disse que brigam pelo financiamento, para que possa funcionar em uma gestão compartilhada, porque ele mesmo sendo municipal é um hospital regional. Por isso, vão continuar brigando para tentar resolver esse gargalo. Em aparte, o vereador Murilo Tolentino (PSC) disse que pede desculpa se ofendeu o vereador JK, pois a mídia vive disso, está poluída, com coisas negativas, mas vai enaltecer se por acaso criar uma postagem positiva do HMS. Disse que as pessoas que trabalham nele precisam ser valorizadas, são seres humanos e devem haver o respeito. O vereador JK (PSDB) disse que não precisa pedir desculpas, relatando que até hoje coloca seu blog à disposição das famílias que pedem por ajuda, e em 70% dos casos, conseguem resolver o problema. Também defendeu a reabertura dos bares, setor que vem sendo duramente atingido pelas medidas de restrição no combate à pandemia da Covid-19. Disse que apresentará indicação solicitando que o órgão responsável verifique a possibilidade de isenção ou redução do valor da taxa do alvará 2021 para esses estabelecimentos. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** manifestou sua reclamação quanto a um pedido de informação que foi acatado no dia 08 de fevereiro pela Mesa Diretora, e passados dois meses ainda não obteve a resposta solicita à SEMSA sobre a programação e o cronograma da vacinação contra covid-19 para os grupos prioritários nas regiões de rios. Disse que continua a receber reclamação de pessoas do grupo

prioritário que ainda não receberam a vacina nessas regiões. Enfatizou que, enquanto na cidade está se cumprido com grande sucesso o cronograma, infelizmente na região de rios não é essa a realidade, inclusive, relatou que recentemente uma reportagem em rede nacional mostrou o sucesso do *drive thru* na região da várzea, parabenizada pelo Brasil e mundo todo, mas infelizmente tem regiões que ainda não foram contempladas. Disse que essa não é orientação do prefeito Nélio Aguiar, que já reuniu com os secretários destacando a importância de responder os vereadores, e mesmo se ele não tivesse a experiência de ser vereador, a Lei Orgânica Municipal esclarece que o secretariado é obrigado a responder no prazo de 30 dias. Apesar de falar do secretariado, sabe que esses pedidos são direcionados ao corpo técnico das secretarias e fica alguém responsável de responder. Eximiu a ex-secretária Marcela Tolentino, ressaltando que não dá de cuidar de uma secretaria e buscar informação para responder um pedido de informação, pois os pedidos chegam ao corpo técnico das secretarias. Destacou que são dois meses sem resposta de um assunto importante, em meio a pandemia, que poderia ajudar uma população que fica em regiões distantes no município. Em aparte, o vereador Ronan Liberal Jr. (MDB) destacou que essa era uma das críticas que sempre levava à tribuna em outras épocas, referente ao descumprimento da Lei Orgânica no que se refere as respostas do pedido de informação. Disse que não é para gerar transtorno a gestão pública, mas ao contrato, querem fazer a contribuição aquele cidadão que cobrou a resposta, e de maneira oficial estão solicitando a mesma resposta. Informou que a partir da Procuradoria da Casa estarão dando encaminhamentos necessários a essa cobrança. O vereador Junior Tapajós (PL) concluiu destacando que estão para sociedade em termo de fiscalização, tão quanto outros órgãos fiscalizadores que solicitam resposta em 24h, visto que a Casa dá o prazo de 30 dias, e ainda não recebem a resposta. Destacou que não está para causar problema, mas, para ajudar e colaborar. E mesmo sendo do grupo de apoio do Governo Municipal, não vão deixar de exercer o papel de fiscalizador e enviar pedido de informação quando achar necessário, assim como cobrar quando não houver uma resposta. Relatou que a Comissão de Saúde da Casa realizou as mesmas recomendações que o Ministério Público fez sobre a UPA-24h e HMS, mas parece que só fizeram o atendimento quando foi solicitado pelo MP. Enfatizou que as recomendações desta Casa devem ser respeitadas, a Lei Orgânica é clara neste sentido, e sabem que é orientação do prefeito Nélio Aguiar que seu secretariado dê resposta aos pedidos dos vereadores. Destacou ainda que não podem jogar toda a reponsabilidade aos secretários, mas o corpo técnico devem tratar essa Casa com respeito. Pela ordem, o vereador JK do Povo (PSDB) se solidarizou com o vereador Júnior Tapajós, e questionou a possibilidade de estender esses pedidos ao setor estadual que ficam em Santarém. Relatou que tem feito pedido de informação como vereador, mas não está obtendo resposta do Estado, já do município tem recebido normalmente. O vereador Ronan liberal Jr. (MDB) disse que os efeitos vinculantes a competência dos vereadores é municipal, como está na Lei Orgânica. Já com o Estado não tem esse efeito vinculante, porque quem faz a fiscalização vinculante são os deputados estaduais. Concluído o Grande Expediente passamos para a **Primeira Parte da Ordem do Dia** com a leitura da ata do dia 24 de março de 2021, que após colocada em discussão, foi deixada sobre a mesa para que fossem dirimidas dúvidas quanto a justificativa de ausência de alguns pares, deixando para ser votada na próxima sessão. Em continuidade houve a leitura dos expedientes recebidos: MEMO. 11/2021 – GAB. Ver. Didi Feleol (PP). Em seguida, passou-se para a **Segunda Parte da Ordem do Dia**, com discussão e votação das matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS E ACATADOS:** requerimento 471/2021, de autoria do vereador Aguinaldo Promissória (PSL); requerimentos 500, 501, 502 e 595/2021, de autoria do vereador Alysson Pontes (PSD); requerimentos 506 e 507/2021, de autoria do vereador Elielton Lira (AVANTE); requerimento 509/2021, de autoria do vereador Júnior Tapajós (PL);

requerimento 510/2021, de autoria da vereadora Adriana Almeida (PV); requerimentos 513, 514 e 515/2021, de autoria do vereador Silvio Neto (DEM); requerimento 516/2021, de autoria do vereador Prof. Josafá Gonçalves (PL); requerimentos 517, 518 e 519/2021, de autoria do vereador Erlon Rocha (MDB). Em seguida, o presidente Ronan Liberal Jr. (MDB), informou que, conforme solicitação do presidente da CCJ para inclusão de resposta ao Requerimento 092/2021, de autoria do vereador Alexandre Maduro, que solicitou da 2ª Comissão Permanente de Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação que elaborasse estudo e parecer com relação aos Procuradores da Secretaria de Finanças do Município de Santarém, assunto relacionado a cobrança separada de honorários de advogados no processo. O vereador Ronan Liberal Jr. (MDB) solicitou a leitura do mesmo pelo presidente da CCJ, Erasmo Maia, que assim o fez. Concluído a leitura, o vereador Erasmo Maia (DEM) disse que estão encaminhando para cada vereador uma cópia do parecer, e que esse requerimento suscita no Governo, uma discussão para trabalhar uma legislação complementar para que normatize esse horário de sucumbência que são devidos nesses processos aos advogados que participam dessas ações. Portanto, destacou que caminha inclusive no governo essa provocação que dá certeza que, conforme o parlamentar pediu no relatório, é natural e legal de acordo com a legislação que foi estudada, consultada e colocada para todos os parlamentares. Pela ordem, o vereador Alexandre Maduro (MDB) disse que, no seu papel de parlamentar, é direito seu pedir a CCJ qualquer que seja o estudo. Conforme se leu no teor do parecer, como não há regularização, há uma omissão do município, portanto, neste sentido, faz com que não exista irregularidade no recebimento porque não há nada que regulamente, não faltando elemento na Constituição Federal para que não possa ser feito, entend(e aceita o parecer, como parlamentar vai solicitar quantos estudos achar necessário. Tambén fez uma reparação na pessoa do Procurador, quando esse assunto veio à tona, crer que foi mal interpretado, o que gerou polêmica nas redes sociais, no sentido de que estaria acusando alguém ou apresentado suposto esquema, mas não foi nada disso. Disse que apenas pediu um estudo da CCJ que hoje foi apresentado. Disse que não citou ninguém, trabalhou um pedido de parecer na impessoalidade e os órgãos do município são impessoais, e se alguém se sentiu ofendido, pediu desculpas. Disse que independente do tema, vai estar discutidos com os demais parlamentares do que for de interesse do município e da população. O requerimento provocou discussão no Executivo que futuramente estará realizando encaminhamento para que haja uma regulamentação da matéria. Pela ordem, o vereador JK (PSDB) falou ao vereador Alexandre Maduro que não precisa pedir desculpa, e que ao trazer essa demanda a tribuna da Câmara, em nenhum momento insultou alguém, apenas trouxe um problema para a CCJ da Casa fazer um estudo. Também não colocou em dúvida a integridade dos procuradores, mas lhe chateou a atitude de um procurador que foi para as redes sociais ameaçar o vereador. Disse que houve uma falha da presidência da Câmara em não fazer um documento pedindo ao procurador que se retratasse. Concluiu deixando seu apoio ao vereador Alexandre Maduro. O vereador Ronan Liberal Jr. (MDB) disse que a procuradoria da Casa sempre esteve à disposição do vereador Maduro caso fosse necessário, e sempre esteve acompanhando a situação. Disse que o parecer da CCJ relata toda a situação discorrida, questionamento impessoal por parte do parlamentar, que suscitou até por parte do Governo Municipal, uma maneira de fazer a regulamentação através de lei municipal. Destacou que a Comissão fez seu trabalho, e que a Casa está à disposição quando algum vereador for violado na sua prerrogativa, e que irá fazer a defesa independentemente da cor partidária do parlamentar. Encerrado a pauta, passou-se para as explicações pessoais. Os vereadores Alysson Pontes (PSD), Enf. Murilo Tolentino (PSC), Josafá Gonçalves (PL), Elielton Lira (AVANTE), Aguinaldo Promissória, (PSL), Angelo Tapajós (REPUBLICANOS), e Ronan Liberal Jr. (MDB) compartilharam mensagem de reflexão pela Páscoa e Semana Santa, e se

solidarizaram com as pessoas que têm passado por momentos difíceis em decorrência da covid-19. O vereador Alexandre Maduro (MDB) agradeceu ao amigo JK pela palavra de apoio, e disse que a presidência e a procuradoria da Casa estiveram à disposição dele se fosse necessário. Enfatizou que através do diálogo existe o caminho mais certo para resolução das questões. Esclareceu que está em isolamento social em vista da reinfecção pela covid-19, por isso está participando da sessão em casa, ressaltando que poderia estar afastado, de acordo com o atestado médico, mas pelas importantes discussões em pauta, achou importante participar remotamente. O vereador JK do Povo (PSDB) parabenizou a 2ª Comissão pelo parecer desenvolvido sobre o questionamento do vereador Alexandre Maduro. A vereadora Alba Leal (MDB) disse que não gostaria de compartilhar, mas não tem como fugir, registrando que foram 16 óbitos ocorrido no dia 31 de março. Recordou ainda que, nesse período, em outros anos, seria um momento de união, festas, mas dessa vez está sendo uma Páscoa solidária. Falou da sua angustia em vista da internação de alguns colegas profissionais de saúde e pessoas conhecidas aguardando vaga para leito de UTI. Pediu oração a essas pessoas, e aos vereadores da Casa que estão se recuperando da doença. Por fim, desejou a todos uma feliz Páscoa, e informou que estará em reunião no Hospital São Camilo, conversando com o diretor, para que em breve a obstetrícia do HMS possa funcionar em sua plenitude. Não havendo mais explicações pessoais, o presidente **RONAN LIBERAL JR. (MDB),** encerrou os trabalhos convidando a todos para a próxima sessão. Vereadores presentes: **ALEXANDRE MADURO (MDB) ANGELO TAPAJOS (REPUBLICANOS), ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB), ERASMO MAIA (DEM), JÚNIOR TAPAJÓS (PL), ERLON ROCHA (MDB), ENFERMEIRO MURILO TOLENTINO (PSC), CARLOS MARTINS (PT), PROF. JOSAFÁ DO SINPROSAN (PL), SÍLVIO NETO (DEM), RONAN LIBERAL JR. (MDB), GERLANDE CASTRO (PSB), ADRIANA ALMEIDA (PV), JK DO POVÃO (PSDB), AGUINALDO PROMISSÓRIA (PSL), BIGA KALAHARI (PT), ELIELTON LIRA (AVANTE), ALYSSON PONTES (PSD).** AUSENTE COM JUSTIFICATIVA: **DIDI FELEOL (PP), CARLOS SILVA (PSC).** LICENCIADO: **JANDER ILSON PEREIRA (DEM).** E para constar, mandou lavrar a ata que depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Ronan Liberal Jr.
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. Josafá Gonçalves
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Adriana Almeida
3ª Secretário